

RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.568 - PA (2018/0281893-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : ERONILDO FERNANDE DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. ROUBO TENTADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PARECER FAVORÁVEL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. PEDIDO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **ERONILDO FERNANDE DA SILVA** contra a decisão acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assim ementado (fls. 161-162):

"APELAÇÃO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. PENA-BASE. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DIMINUIÇÃO DA PENA PELA - TENTATIVA NA FRAÇÃO MÁXIMA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA ATENUANTE GENÉRICA INOMINADA. APLICAÇÃO. INVIABILIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE.

1. Não há motivo para que seja alterada a dosimetria da pena-base aplicada, porque fixada com proporcionalidade e justiça, vale dizer, sem desatender aos princípios da razoabilidade e da legalidade, em estrita obediência às circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

2. Em se tratando de crime em sua forma tentada, a lei penal, faculta ao julgador aplicar uma redução, maior ou menor da pena, a depender do iter criminis percorrido. Nesse viés, considerando que o réu esteve próximo de consumir o crime, inviável se mostra a redução da pena pela tentativa na fração máxima de dois terços.

3. A alegação de vulnerabilidade do agente em face das suas condições sociais e o apontamento de que há coculpabilidade estatal no delito praticado não pode ser coculpabilidade estatal no delito praticado não pode vista como justificativa para o cometimento de crimes, ponto de justificar o reconhecimento atenuante inominada do art. 66 do Código Penal.

4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. "

Nas razões do recurso especial, a parte insurgente, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República sustenta violação ao **art. 59 do Código Penal**, ao argumento de que é inidônea a fundamentação da pena-base.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 198-202), nas quais o **Ministério Público Estadual postulou pelo reconhecimento da prescrição**, o recurso foi admitido na origem e os autos ascenderam a esta eg. Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal opinou pelo **provimento do recurso** (fls. 227-289), e, após, às fls. 234-235, manifestou pelo **reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva**.

É o relatório.

Decido.

O Juízo singular condenou o recorrente como incurso na sanções do art. 157, §2º, inciso I c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, às penas de **03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime aberto**, acrescidos à R\$ 2.000,00 como valor mínimo para reparação dos danos causados (art. 387, inc. IV do Código de Processo Penal).

A denúncia foi recebida em 26/10/2005, a sentença condenatória foi publicada em **06/04/2010 (fl. 100)**.

Não houve recurso da acusação. O eg. Tribunal **a quo**, em acórdão confirmatório, negou provimento ao apelo da defesa.

Assim, o pedido está prejudicado, conforme asseverado pelo Ministério Público Estadual (fl. 200) e Ministério Público Federal (fl.234), pois, de fato, houve o transcurso do prazo prescricional em relação ao delito tratado nestes autos.

Assim, por ser matéria de ordem pública, analiso, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva intercorrente, prevista no art. 110, § 1º, do Código Penal.

Nesse rumo, conforme disciplinado no artigo 109, IV, do Código Penal, ocorre a prescrição da pretensão punitiva no **prazo 8 (oito) anos** se a pena aplicada for superior a 2 (dois) anos e não exceder 4 (quatro) anos.

Assim, cabe reconhecer, de fato, a prescrição da pretensão punitiva, pois **passados mais de 8 (oito) anos**, entre a publicação da sentença condenatória (**25/05/2010**) e a data atual, sem a ocorrência de outro marco interruptivo.

Cumprе ressaltar que o acórdão confirmatório da condenação como marco interruptivo do lapso temporal da prescrição. É certo que a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que **o acórdão confirmatório da condenação não é causa interruptiva da prescrição**.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o acórdão que confirma a condenação não constitui marco interruptivo da prescrição.

2. Transcorrido lapso temporal superior a 3 anos desde a publicação da sentença condenatória, último marco interruptivo da prescrição, até a presente data, opera-se a prescrição da pretensão punitiva estatal.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 394.467/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 26/02/2018).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME TRIBUTÁRIO. SONEGAÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO PENAL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO DE PRIMEIRO GRAU. MARCO INTERRUPTIVO QUE NÃO SE CONFIGURA. OMISSÃO INOCORRENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O acórdão embargado espelha posicionamento claro, adequado e suficiente, que segue, inclusive, a jurisprudência pacificada na Terceira Seção desta Corte Superior, no sentido de que [...] o acórdão confirmatório da condenação, ainda que modifique a pena fixada, não é marco interruptivo da prescrição (AgRg nos EAREsp 19.380/PI, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, julgado em 27/4/2016, DJe 2/5/2016).

2. A orientação prevalecente neste Tribunal Superior leva em consideração o art. 117, IV, do CP, que qualifica como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. Por dedução, é possível inferir da redação do texto legal que o acórdão apenas confirmatório da condenação não foi eleito pelo legislador ordinário como hipótese de interrupção do prazo prescricional.

3. O embargante não logrou demonstrar a ocorrência de qualquer dos fundamentos legais capazes de justificar o manejo do recurso integrativo, ficando nítida, apenas, a sua pretensão de provocar o rejugamento da causa.

4. Embargos de declaração rejeitados" (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1409921/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 07/12/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENÇÃO. NATUREZA DECLARATÓRIA. CAUSA INTERRUPTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença ou do acórdão condenatório recorrível, o que for prolatado em primeiro lugar. Tal marco, em uma interpretação mais elástica, também pode alcançar eventuais arrestos que modifiquem substancialmente a imputação.

2. O acórdão que apenas confirma a sentença de primeiro grau, sem decretar nova condenação por crime diverso, não configura marco interruptivo da prescrição, ainda que haja reforma considerável na dosimetria da pena. Precedentes.

3. Agravado condenado, por sentença publicada em 17/10/2012, a 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, mais multa, como incurso no art. 304, c/c os arts. 297 e 71, todos do Código Penal. Aresto proferido em apelação, que manteve o tipo penal, mas reduziu a pena para 2 anos de reclusão. Transcorridos mais de 4 anos desde a publicação da sentença sem que haja ocorrido o trânsito em julgado do édito condenatório, é correto o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal pela instância antecedente.

4. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no AREsp 1155786/AM, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 04/12/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO, MAS QUE MAJOROU A PENA APLICADA. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA.

1. *Nos termos do art. 117 do Código Penal, o prazo prescricional interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição. Precedentes: AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 1.112.682/SP, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 9/3/2016; AgRg no AgRg no REsp 1.393.682/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe 6/5/2015, HC 243.124/AM, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 20/8/2012 .*

2. *Hipótese em que o agravado foi condenado a penas superiores a 4 e inferiores a 8 anos de reclusão, incidindo, portanto, o prazo prescricional de 12 anos, nos termos do disposto no art. 109, inciso III, do Código Penal.*

3. *Da última causa interruptiva da prescrição, a publicação da sentença condenatória, em 24/1/2002, até a decisão agravada, observa-se o transcurso de mais de 12 anos para ambos os crimes imputados ao réu. Não tendo sido iniciado o cumprimento da pena nem tendo ocorrido nenhuma outra causa interruptiva, está caracterizada a prescrição.*

Agravo regimental improvido" (AgRg no RE nos EDcl no REsp 1301820/RJ, **Corte Especial**, Rel. Min. **Humberto Martins**, DJe 24/11/2016).

No que concerne à alegação de violação ao **art. 59 do Código Penal**, ao argumento de que é inidônea a fundamentação da pena-base, diviso que o pleito resta **prejudicado**, ante a declaração de extinção da punibilidade, pelo implemento da prescrição.

Ante o exposto, **declaro extinta a punibilidade de ERONILDO**

FERNANDE DA SILVA, em relação ao delito previsto no 157, §2º, inciso I c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, tratado no processo criminal n. 0003921-89.2005.8.14.0051, tratados nestes autos, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

